

**ATA DA 48ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 4 e 5/06/2003

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugo.suarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Glenda Barbosa de Melo (glenda.melo@uol.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Fabiana Guimarães Borges (fabianab@ctrq.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: (ausência justificada)
Organizações não governamentais: Maria do Carmo Zinato (mzinato@terra.com.br)

CONVIDADOS:

Airton Bodstein de Barros – Inst. Téc. e de Ensino e Pesquisa (bodstein@vm.uff.br)
Antônio José Câmara Fernandes – SRH/CE (tonze@srh.ce.gov.br)
Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Eugenio Miguel Cánepa – CBH Taquari Antas (deplan@cientec.rs.gov.br)
Marco José Melo Neves – SRH/MMA (marco.neves@cnrh-srh.gov.br)
Mardel Morais Teixeira – DNIT/MT (mardelmt@brturbo.com)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Maria de Fátima Gomes Brandalise – Min. Desenvolv. Agrário (fatima.brandalise@mda.gov.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonte@uol.com.br)
Silas Vieira – Duke Energy (svieira@duke-energy.com)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 4/06/2003

Início: 9:35 h

Término: 19:00 h

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de junho de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou o primeiro dia de trabalho da 48ª Reunião. Deu boas vindas a todos e informou sobre a recente eleição de Diretoria ocorrida no Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP; falou sobre as dificuldades encontradas, no âmbito do CEIVAP, relacionadas ao contingenciamento dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia e também, com a personalidade jurídica adotada para a sua Agência de Água. Destacou que essas questões deverão fazer parte dos debates a serem realizados na reunião conjunta com a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB, prevista para o dia de amanhã no período da tarde, quando será solicitado o agendamento de reunião extraordinária do Conselho. Dando prosseguimento à pauta da reunião (**Anexo I**), solicitou a aprovação da minuta de ata da 46ª reunião da CT, o que ocorreu com modificações. Passou-se então ao item 3: apresentações sobre “Planos Diretores Urbanos” (**Anexo II**) e “Política de Saneamento Ambiental” (**Anexo III**), a cargo, respectivamente, da Dra. Otilie Macedo Pinheiro, arquiteta urbanista, Diretora de Apoio à Gestão Municipal e Territorial, da Secretaria de Programas Urbanos, e do Dr. Clóvis Francisco do Nascimento

Filho, engenheiro civil, Diretor do Departamento de Água e Esgoto, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, ambos do Ministério das Cidades. Após as apresentações, foi aberto período para perguntas e debates. A Dra. Sonáli observou a importância da realização da Conferência Nacional das Cidades e ressaltou a oportunidade de, durante a mesma, promover-se discussão visando a necessária articulação entre as questões gestão de recursos hídricos e gestão do uso do solo, uma vez que uso e ocupação do solo é assunto da competência dos municípios, que afeta diretamente a gestão e uso dos recursos hídricos. Concluiu sugerindo que este tema fosse tratado durante o evento. Ao final, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença dos palestrantes e enalteceu o excelente nível das apresentações e respectivos debates, assim como dos trabalhos em andamento no âmbito do Ministério das Cidades. Passou-se então ao item 4 da pauta: análise da proposta de resolução sobre Divisão Hidrográfica Nacional - DHN, encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH. O Dr. Julio Thadeu lembrou que o assunto já teria sido abordado, na forma de apresentação, durante a IX Reunião Extraordinária do Conselho, e que desta feita estava retornando como proposta de Resolução. Em seguida, convidou o Dr. Marco Neves, representante da SRH/MMA na CTPNRH, para fazer um breve relato sobre o tema. O Dr. Marco Neves, em sua apresentação, detalhou a proposta de DHN encaminhada (**Anexo IV**) além de discorrer um histórico sobre outras divisões anteriormente adotadas, constantes da Nota Técnica (**Anexo V**) encaminhada. Explicou que também teriam sido considerados aspectos sociais e econômicos, dentre outros, quando da elaboração da definição das regiões da DHN. Ao final, o Dr. Julio Thadeu destacou a importância de se ter uma DHN aprovada pelo Conselho, inclusive para a continuidade dos trabalhos de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, e que a mesma, num segundo momento, deveria ser desagregada em regiões menores; indicou que a Divisão seria um primeiro passo para a determinação de áreas prioritárias para criação de comitês em bacias de rios de domínio da União. O Dr. Marco Neves salientou a importância de, posteriormente, se contar com o IBGE na produção de mapas da DHN com o devido rigor de detalhes. A Dra. Patrícia opinou que deveria haver citação especificando que, apesar de não pretender a determinação de unidades de referência para planejamento e gestão, a DHN deveria ser uma referência para tanto. A Dra. Sonáli chamou a atenção para a necessidade de se corrigir, na Nota Técnica citada, a referência a "Comitê de Integração Nacional", uma vez que não existe tal denominação na Lei nº 9.433, de 1997, substituindo-se por "Comitê de Bacia Hidrográfica". A Dra. Dalvacir questionou a pertinência jurídica da apresentação de uma proposta de DHN ao Conselho. O Dr. Julio Thadeu esclareceu que a DHN é parte integrante do PNRH, estando sua definição prevista em seu fluxograma de trabalho. O documento sofreu modificações de forma, que deverão ser consolidadas e divulgadas ao final deste dia de reunião. Com isso, foi aprovado o encaminhamento da proposta de resolução à Plenária do CNRH, acompanhada de parecer favorável da CTIL (**Anexo VI**). Neste momento, às 12:30 horas, foi dada pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:50 horas, com a abordagem do item 5 da pauta: análise de minuta de proposta de resolução referente à relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias. O Dr. Julio Thadeu disse que a proposta encaminhada pelo GT estaria atendendo ao solicitado na última reunião da CTIL, inclusive com relação à determinação das instâncias recursivas. Em seguida, passou a palavra ao Dr. Hugo, coordenador do GT. O Dr. Hugo falou sobre os trabalhos realizados no âmbito do GT e ressaltou a estratégia de posterior encaminhamento do documento ao Fórum de Comitês, como forma de ampliar os debates. Iniciaram-se então os debates relativos à proposta encaminhada pelo GT – versão 28/maio/2003 (**Anexo VII**). Ficou decidido que a versão final da proposta deverá ser encaminhada ao Fórum de Comitês, assim como aos conselheiros representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; aos conselheiros deverá ser solicitado posicionamento com relação à mesma, dirigido a esta CTIL. Ao final do dia de reunião, com a discordância das opiniões em relação a um texto final para a proposta de resolução em questão, ficou decidido um novo encaminhamento da mesma ao GT, para nova rodada de discussões, inclusive com solicitação de sugestões aos Conselheiros e participantes da CTIL. Foi definida a data de 18 de junho para recebimento de sugestões pela Secretaria Executiva e também, que o GT deverá reiniciar seus trabalhos a partir do documento gerado nesta reunião, versão GT 4/junho/2003 (**Anexo VIII**). Como orientação para os trabalhos, foi solicitado registro que a proposta de resolução deverá abranger somente a relação institucional entre comitês de bacia e comitês em suas sub-bacias. Com isso, ocorreu o retorno previsto para apresentação da forma final da proposta de resolução relativa à DHN, item 4 da pauta do dia; foi reafirmada a proposição de encaminhamento da referida proposta à Plenária do CNRH, acompanhada de parecer favorável da CTIL. Assim sendo, às 19:00

horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a participação de todos neste primeiro dia de reunião e encerrou os trabalhos.

DATA: 5/06/2003

Início: 9:25 h

Término: 12:30 h

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de junho de 2003, o Dr. Julio Thadeu abriu o segundo dia de trabalho da 48ª reunião da CTIL. Propôs que se iniciasse pelo item 1 da pauta do dia de hoje "Análise do ofício encaminhado pelo Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre, referente à Moção CBH-Pardo 002/02" (**Anexo IX**), para então ocorrer o retorno aos itens 6 e 7 do dia anterior, ainda não discutidos. Após a concordância de todos, o Dr. Moretti disse que o Conselheiro Alencastre havia solicitado a retirada do referido item da pauta e um novo encaminhamento para discussão na reunião de julho da CT. Dessa forma, passou-se ao item 6 da pauta do dia anterior: "Análise da proposta de moção, dirigida à ANA, recomendando que sejam revistas as exigências para requerimento do CERTOH, estabelecidas no art. 4º da Resolução ANA nº 194, de 2002" (**Anexo X**). O Dr. Julio Thadeu disse que o conteúdo técnico da proposta de moção já teria sido analisado no âmbito da Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP; lembrou que a Plenária do CNRH havia solicitado o retorno do tema ao Conselho após seis meses de prática da exigência do CERTOH. Esclareceu que na proposta de moção estava sendo solicitada uma maior flexibilidade com relação aos documentos exigidos para a emissão do CERTOH; opinou que essas solicitações se tratariam de avanços para o texto original. O Dr. Reginaldo falou que contribuições para aprimoramento seriam sempre bem vindas; disse que a ANA estava entendendo as recomendações contidas na moção como plausíveis. Com relação ao segundo item recomendado na moção, comentou que deixar de exigir um instrumento basilar para a implementação da PNRH seria temeroso; questionou que tipo de documento equivalente poderia então ser solicitado. Concluiu dizendo que, do ponto de vista legal, o documento de outorga não poderia deixar de ser exigido. O Dr. Cabral lembrou que o texto fazia uma ressalva para "instrumento equivalente", como forma de abranger os Estados em que a outorga não estivesse regulamentada; postou-se contrário à retirada do segundo item recomendado. O Dr. Jessé argumentou que os bancos oficiais estariam exigindo documento de outorga na documentação para concessão de empréstimos; destacou que o ProÁgua também incluía, entre suas exigências, a regulamentação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos nos Estados; mostrou-se a favor da retirada da segunda recomendação. O Dr. Reginaldo reforçou o posicionamento da ANA contrário à retirada da exigência do documento de outorga para emissão do CERTOH; como contraponto, propôs que poderiam ser adotados prazos ou ainda, assumidos compromissos com os Estados. O Dr. Julio Thadeu opinou que seria um contra-senso que o CNRH encaminhasse uma moção propondo a não exigência do instrumento de outorga. Após debates, ficou acertada a retirada da segunda recomendação constante da moção; dessa forma, foi concluída a versão final da proposta de moção (**Anexo XI**) e aprovado seu encaminhamento ao Conselho, com parecer favorável da CTIL. O Dr. Julio Thadeu disse que a Secretaria Executiva tentaria encaminhar o assunto para a próxima reunião do Conselho. Passou-se então ao item 7 da pauta do dia anterior: Análise da proposta de resolução sobre "Critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados". O Dr. Julio Thadeu lembrou que essa proposta de resolução já teria sido encaminhada à Plenária do CNRH por duas vezes. Ressaltou que a mesma pretendia regulamentar o inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, e que sua essência seria evitar que todos os projetos de aproveitamento de recursos hídricos se tornassem passíveis de aprovação pelo CNRH. Na condição de Presidente da CTAP, o Dr. Julio Thadeu solicitou registro que, após a proposta ter sido retirada da pauta da X Reunião Extraordinária e encaminhada à Câmara, nenhuma sugestão havia sido recebida e, portanto, a Câmara estaria ratificando seu posicionamento e encaminhando a proposta para nova análise da CTIL. A Dra. Maria Luiza expôs o posicionamento contrário do setor usuário da Indústria à proposta de resolução. A Dra. Sonáli disse que, na forma proposta, um empreendedor poderia ser surpreendido com uma notificação do CNRH em estágio avançado de sua obra, levantando a questão quanto ao momento em que o CNRH poderia requisitar a análise do projeto. Observou, entretanto, que tendo sido considerada pela CT a necessidade de uma resolução, a versão que estava sendo discutida era a que melhor contemplava as preocupações e questionamentos levantados durante as discussões. O Dr. Reginaldo também se mostrou favorável ao encaminhamento da proposta; apenas destacou sua preocupação com a inserção do momento da outorga. Após debates, foram feitas modificações de forma no texto da proposta e a versão final (**Anexo XII**) aprovada para novo encaminhamento à

Plenária do CNRH, com o parecer favorável da CTIL. Passou-se então ao item 2 da pauta do dia: "Análise da resposta ao Ofício nº 11/2003/CTCOB". Foi distribuída aos presentes uma primeira versão de documento (**Anexo XIII**) para subsidiar a elaboração de resposta aos questionamentos contidos no Ofício nº 11/2003, encaminhado pela CTCOB (**Anexo XIV**). O documento foi elaborado por Grupo de Trabalho que contou com a participação do Dr. Wilson, Dr. Marley, ambos da SRH/MMA, e pelo Dr. Otaviano, da CONJUR/MMA. A Dra. Célia Cristina solicitou uma nova reunião do GT, em sua composição mais ampla, tendo em vista que a CTIL disporia de 90 dias para responder o ofício da CTCOB, datado de abril deste ano, e também, que o documento estaria sendo distribuído neste momento; argumentou também com a dificuldade de se discutir contribuições sem a presença dos citados participantes do GT. Foi consenso a necessidade de retorno do documento apresentado ao GT, com a solicitação de continuidade dos trabalhos e encaminhamento de nova proposta, desta feita em tempo hábil para avaliação. O Dr. Julio Thadeu solicitou registro para o esforço dispendido pelos participantes do GT na elaboração da primeira versão do documento. O assunto deverá retornar como pauta da próxima reunião da CT. Já em Assuntos Gerais, o Dr. Julio Thadeu fez referência ao documento encaminhado pelo Dr. Hugo referente à diminuição de vazão ocorrida no rio Branco, Estado de Rondônia (**Anexo XV**); informou que, conforme assumido anteriormente, havia feito contato telefônico com a Dra. Gisela Forachinni, responsável pela Superintendência de Fiscalização - SFI, da ANA. Disse que a Dra. Gisela teria esclarecido que a ANA exerceria a fiscalização após o recebimento de denúncia, devidamente encaminhada por ofício. O Dr. Reginaldo complementou dizendo existir o entendimento que a ANA teria competência para fiscalizar o assunto, por estar afetando terra de ocupação indígena. Indicou a existência, na ANA, de um processo sobre o assunto, e propôs que se aguardasse a emissão do respectivo parecer. O Dr. Julio Thadeu, por sua vez, sugeriu que o Dr. Hugo, representante do Ministério da Justiça, entrasse em contato com a Dra. Gisela. Foi recomendado que a FUNAI deveria encaminhar denúncia à ANA, com a solicitação de fiscalização. A Dra. Sonáli pediu que fosse feita modificação na ata da 15ª reunião da CTIL, por ela solicitada quando da aprovação da mesma, ocorrida na 18ª reunião. Destacou que o pedido da referida modificação foi devidamente registrado na ata da 18ª reunião, e que havia constatado recentemente que a mesma não teria sido efetivada. Apresentou as atas das reuniões referidas, assim como o Relatório de Atividades da CTIL, que enviou para as empresas que representa na Câmara Técnica, no qual consta o registro da modificação. Com a concordância de todos os presentes, foi solicitado à Secretaria Executiva que providenciasse a modificação. Finalizando, o Dr. Julio Thadeu propôs que a 48ª reunião da CTIL terminasse no período da manhã e que a pauta prevista para a tarde, de reunião conjunta com a CTCOB, fosse entendida como uma nova reunião da CTIL, a de nº 49. A proposta foi aceita. Assim sendo, às 12:30 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença e o empenho de todos e deu por encerrada a reunião.

Ata aprovada na 50ª reunião da CTIL, realizada em 8 e 9 de julho de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores